

Escola de  
**ECONOMIA**  
de São Paulo

**Textos para  
Discussão**

**170**

Setembro  
de 2008



**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E REVOLUÇÃO  
CAPITALISTA**

**LUIZ CARLOS BRESSER PEREIRA**



Os artigos dos *Textos para Discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas* são de inteira responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião da FGV-EESP. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos, desde que creditada a fonte.

Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas FGV-EESP  
[www.fgvsp.br/economia](http://www.fgvsp.br/economia)

# DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E REVOLUÇÃO CAPITALISTA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Texto para Discussão EESP/FGV.@@@ Versão de  
20 de julho de 2008.*

**Abstract.** Economic development or economic growth only can be understood on a historical approach – as the process of capital accumulation embodying technological progress that increases in standards of living. Defined in this terms economic development is a historical and economic process that is part of the Capitalist Revolution. Economic development as well as nations, the modern state, and the nation-state are outcomes of this tectonic structural change, which was formed by three sub-revolutions – the Commercial, the National and the Industrial revolutions. According to this approach we should distinguish the four historical models or patterns of development, two referring to the today rich countries (*original development* and *backward development*), and two to the developing countries (*autonomous development* and *national-dependent development*), having as examples, respectively, England, Germany, China and Brazil.

**Capitalist Revolution Industrial Revolution National Revolution Economic development**

**Resumo.** Desenvolvimento econômico ou crescimento econômico só pode ser compreendido a partir de uma perspectiva histórica – como o processo de acumulação de capital personificando o progresso tecnológico que melhora os padrões de vida. Definido nestes termos o desenvolvimento econômico é um processo histórico e econômico que é parte da Revolução Capitalista. O desenvolvimento econômico, assim como as nações, o estado moderno e os estados-nação são resultado desta mudança estrutural tectônica, que foi formada por três sub-revoluções – a revolução comercial, a nacional e a industrial. De acordo com essa perspectiva, poderemos distinguir quatro modelos ou padrões históricos de desenvolvimento, dois referentes aos países hoje ricos (*desenvolvimento original* e *desenvolvimento atrasado*), e dois aos países em desenvolvimento (*desenvolvimento autônomo* e *desenvolvimento nacional-dependente*), tendo como exemplos, respectivamente, a Inglaterra, a Alemanha, a China e o Brasil.

**Palavras-chave:** Revolução Capitalista; Revolução Industrial; Revolução Nacional; Desenvolvimento Econômico.

**Classificação JEL:** O10, O11 E O19

O desenvolvimento econômico só pode ser compreendido a partir de uma perspectiva histórico-estrutural e keynesiana. Histórico-estrutural porque nele as três instâncias básicas da sociedade – a econômica e social, a cultural e a institucional – são interdependentes e mudam dialeticamente; keynesiana, porque nesse processo não basta analisar o desenvolvimento

econômico pelo lado da oferta; é também essencial vê-lo pelo lado da demanda. De acordo com a perspectiva histórica, o desenvolvimento econômico é um processo de acumulação de capital com incorporação sistemática de progresso técnico que se manifestou historicamente quando a organização da produção social assumiu a forma capitalista ou moderna. Apenas a partir desse momento passaram a ter existência histórica uma classe de trabalhadores assalariados que vendem sua força de trabalho no mercado, e uma classe de empresários capitalistas que investem e inovam. Apenas a partir daí o progresso técnico que se identifica inicialmente com a Revolução Industrial – o momento em que se completa a Revolução Capitalista – passou a ocorrer de forma acelerada, e o reinvestimento dos lucros com incorporação de tecnologias cada vez mais eficientes e sofisticadas tornou-se uma condição de sobrevivência dos empresários e de suas empresas.

O pressuposto mais do que a conclusão básica deste trabalho é o de que o desenvolvimento econômico e, mais amplamente, o desenvolvimento humano, só começa a se realizar quando um povo ou um conjunto de povos, no quadro da Revolução Capitalista, se transforma em uma Nação, logra se dotar de um Estado, e passa a deliberadamente buscar a melhoria dos seus padrões de vida. De acordo com essa perspectiva, o agente histórico por excelência do desenvolvimento econômico é a Nação – é a sociedade nacional que, compartilhando um destino comum, logra controlar um território e se dotar de um Estado que lhe sirva de principal instrumento de ação coletiva. A condição principal a determinar o bom êxito do desenvolvimento econômico é que essa Nação tenha autonomia e coesão suficientes para, através do seu Estado, formular uma estratégia nacional de desenvolvimento ou de competição econômica com as demais nações. Histórica ou empiricamente não há caso de verdadeiro desenvolvimento econômico sob condição colonial.

No bojo da onda ideológica neoliberal que sacudiu o mundo desde os anos 1970, pretendeu-se opor o Estado ao mercado no processo do desenvolvimento econômico. Esta oposição, entretanto, não faz sentido. O Estado é a instituição matriz das demais instituições formais de uma sociedade; e nas sociedades modernas, é o instrumento de ação coletiva por excelência da sociedade na consecução de seus objetivos políticos de segurança, liberdade, bem-estar, justiça social e proteção do ambiente. Nesta qualidade, um dos papéis do Estado é o de regular o mecanismo coordenador das economias capitalistas – o mercado. Não faz sentido,

portanto, opor Estado a mercado. Ao invés disso, é preciso compreender historicamente as relações entre as duas instituições. Apenas nas duas fases iniciais do desenvolvimento econômico – na fase da acumulação original e na da Revolução Industrial – o Estado é o agente direto do desenvolvimento econômico. Em certos casos, como aconteceu no Japão, na Rússia e na China, esse papel de agente direto do desenvolvimento econômico torna-se quase absoluto. Terminada esta a Revolução Industrial, o Estado gradualmente se retira das atividades produtivas, que não lhe são próprias, transferindo-as para os empresários e as empresas.<sup>1</sup> Na fase que se segue, a renda per capita e os padrões de vida continuam a aumentar, muitas empresas se transformam em grandes organizações, e, sempre no quadro do desenvolvimento capitalista, forma-se uma terceira classe além da capitalista e da trabalhadora: a classe profissional ou tecnoburocrática. O Estado, por sua vez, enquanto sistema constitucional-legal ou regime político, se democratiza, ao mesmo tempo em que, enquanto aparelho, cresce fortemente deixando de ser um Estado Liberal para se transformar em um Estado Social.

Neste trabalho, discutirei o desenvolvimento econômico a partir dessa perspectiva histórica. Darei uma especial ênfase à grande mudança da estrutura econômica e social que representou a Revolução Capitalista e suas três sub-revoluções. As estruturas econômicas mudam com o progresso técnico e as transformações correlatas nos sistemas de estratificação social e de propriedade. Já as instituições refletem as mudanças estruturais que estão ocorrendo na sociedade, ao mesmo tempo em que agem com força sobre essas estruturas na medida em que seu papel é o de regular a vida social. Por outro lado, no plano cultural não param de ocorrer mudanças que em parte são geradas nele próprio, em parte refletem as mudanças estruturais e institucionais. Estabelece-se, assim, uma relação dialética entre estrutura, cultura e instituições, que desespera os cientistas sociais preocupados em buscar causas e efeitos simples e precisos. Só, porém, através da análise aberta dessas contradições é que será possível compreender o desenvolvimento econômico, e, mais amplamente, o desenvolvimento sem adjetivos ou o desenvolvimento humano. O trabalho divide-se em quatro seções. A

---

<sup>1</sup> A industrialização japonesa, no final do século XIX, foi empreendida quase que totalmente pelo Estado; em torno de 1910, porém, ocorreu um rápido e radical processo de privatização. No caso da Rússia e da China, as revoluções que se pretendiam socialistas foram na verdade revoluções nacionais e industriais; foram, paradoxalmente, parte da Revolução Capitalista.

primeira é conceitual; distinguirei Nação de Estado e este de estado-nação, argumentarei que as nações são uma forma moderna de sociedade que nasce com o capitalismo assim como o desenvolvimento econômico. Na segunda seção meu argumento principal é o de que a Revolução Capitalista não ocorreu através de duas sub-revoluções – a Revolução Comercial e a Industrial, porque houve entre elas um processo político chave: a Revolução Nacional ou a formação dos estados nacionais. Na terceira seção, meu ponto central é o de que o desenvolvimento econômico, a partir da Revolução Nacional e da Industrial, ocorre por etapas que diferem de acordo com quatro padrões históricos de desenvolvimento econômico, dois referentes a países ricos – o desenvolvimento econômico ‘original’ e o ‘atrasado’ – e dois referentes aos países em desenvolvimento, o ‘autônomo’ e o ‘nacional-dependente’, que têm como exemplos paradigmáticos o desenvolvimento econômico da Inglaterra, da Alemanha, da China e do Brasil. Finalmente, discutindo os dois últimos modelos históricos, salientarei que o êxito maior do primeiro está no fato de que sua maior autonomia em relação aos países ricos permitiu-lhes definir estratégias nacionais de desenvolvimento que entendo como sendo a instituição ou o conjunto de instituições-chave do desenvolvimento econômico porque são elas que criam oportunidades de investimentos para os empresários.

### **Nação, estado e estado-nação**

O Estado é o instrumento institucional que a Nação e seus empresários utilizam para alcançar o desenvolvimento econômico e os demais objetivos políticos. É através do Estado que essa ação coletiva se exerce; é através dele que as nações regulam a vida social buscando, dessa forma, alcançar os objetivos políticos das sociedades modernas de segurança, liberdade, bem-estar, justiça social e proteção do meio-ambiente. É através desse mesmo Estado que são criadas as condições necessárias para que o mercado coordene as ações econômicas, corrija e complemente sua ação de coordenação econômica, de forma que os empresários invistam e inovem, e o desenvolvimento econômico ocorra de forma tão mais razoável para todos quanto mais democrático for ele.

Se uma Nação ou sociedade nacional for razoavelmente coesa e solidária quando se trata de competir internacionalmente, ela, através da regulação do Estado, aproveitará melhor o extraordinário mecanismo de coordenação econômica que é o mercado para promover o

desenvolvimento econômico e seus outros objetivos políticos. Quando uma economia está em pleno processo de crescimento é sinal de que provavelmente existe uma Nação forte e que uma estratégia nacional de desenvolvimento está em curso; é sinal que seu governo, seus empresários, técnicos e trabalhadores estão trabalhando de forma consertada com as demais nações na competição econômica. Quando uma economia começa a crescer muito lentamente, senão a estagnar, é sinal de que sua Nação perdeu coesão e sua solidariedade se esgarçou, que o compartilhamento de um destino comum, que é o que caracteriza uma Nação, já não está mais claro. Se a Nação não está mais sendo capaz de se auto-definir e estabelecer seus objetivos, se perdeu sua identidade, o Estado e suas instituições estarão também desorientados, e não existirá mais uma estratégia nacional de desenvolvimento.

O desenvolvimento econômico é, portanto, o fenômeno econômico e social que passa a ocorrer com a Revolução Nacional, ou seja, com a formação dos modernos Estados-nação ou Estados nacionais. Através desse processo os mercados nacionais são definidos, e são assim criadas as condições necessárias para que os países completem sua Revolução Capitalista através da Revolução Industrial. Entende-se aqui por Revolução Capitalista a transformação tectônica por que passou a história na medida em que as ações sociais deixavam de ser coordenadas principalmente pela tradição e a religião, para o serem pelo Estado e o mercado; é um fenômeno que ocorre conjunta e embricadamente com a formação dos Estados-nação; é a transição de uma economia coordenada principalmente pelo Estado para uma economia coordenada pelo mercado e pelo Estado – ou por um mercado socialmente construído e regulado; é a transformação econômica que separa os trabalhadores dos seus meios de produção e dá origem, inicialmente, à burguesia e à classe operária, e mais adiante à classe profissional ou tecnoburocrática. O desenvolvimento econômico se constitui em realidade histórica no bojo da Revolução Capitalista que dará origem às fenômenos sociais e institucionais modernos de Nação, Estado e Estado-nação. Os impérios egípcio, romano e chinês conheceram muitos momentos de prosperidade, mas jamais conheceram o que chamamos de desenvolvimento econômico, porque este é um processo histórico que nasce dos esforços das nações de se dotarem de um território e de um Estado, constituindo-se, assim, em um Estado-nação, e porque envolve conceitos como os de acumulação de capital e lucro, trabalho assalariado e consumo, de inovação e de produtividade, que só fazem sentido a partir do capitalismo.

Para que isto se compreenda melhor é preciso definir com mais clareza alguns conceitos da teoria política que estou utilizando – Nação, sociedade civil, Estado, e Estado-nação – porque, dependendo do autor e do contexto, essas palavras têm significados diferentes. Em cada Estado-nação ou Estado nacional moderno ou capitalista temos uma Nação ou sociedade civil e um Estado. Nação e sociedade civil são dois termos quase sinônimos. Nação é a sociedade politicamente organizada que compartilha um destino comum, logra dotar-se de um Estado e de um território, e tem como principais objetivos a segurança e o desenvolvimento econômico; sociedade civil é também a sociedade politicamente organizada, mas quando falamos em sociedade civil estamos geralmente pensando na luta pela garantia dos direitos civis, da democracia, dos direitos sociais e da proteção do ambiente. O Estado, por sua vez, é a ordem constitucional-legal e a organização ou aparelho formado de políticos e burocratas que definem e garantem essa ordem. O Estado é, portanto, tanto uma instituição normativa quanto organizacional; na primeira qualidade, é a matriz das demais instituições formais, na segunda, a organização que, conforme Max Weber assinalou, tem o monopólio da violência legítima. Já o estado-nação é a unidade político-territorial soberana formada por uma Nação, um Estado e um território; é a unidade político-territorial própria do capitalismo, como os impérios da antiguidade eram a unidade político-territorial dominante nas sociedades letradas pré-capitalistas. Poucos cientistas políticos distinguem com a clareza que estou procurando ter Estado de estado-nação ou estado nacional; é comum usarem as expressões ‘Estado’ e ‘Nação’ como sinônimas de ‘estado-nação’, mas evitarei essa prática. Parece-me razoável, entretanto, que nos textos sobre relações internacionais a palavra ‘estado’, geralmente no plural e com letra minúscula, signifique estado-nação; é uma forma de simplificar o discurso.

Em cada Estado-nação, o Estado é o instrumento de ação coletiva que a Nação ou a sociedade civil usa para promover seus objetivos políticos. Tanto no caso da Nação quanto da sociedade civil, o poder dos cidadãos que a formam será ponderado por sua riqueza, seu conhecimento e sua capacidade de organização, mas a Nação tem geralmente uma conotação política mais abrangente ou mais popular do que a sociedade civil.<sup>2</sup> Neste breve esforço de definir palavras,

---

<sup>2</sup> Observe-se que estou usando aqui a expressão ‘sociedade civil’ em seu sentido clássico. Modernamente essa expressão tem sido confundida com ‘organizações da sociedade civil’, cuja presença aumentou muito nas sociedades atuais. Estas organizações públicas não-estatais de advocacia ou controle político são, sem dúvida, importantes em ampliar a democratização da sociedade civil.

temos ainda o ‘mercado’ e o ‘dinheiro’. O mercado é a instituição e o mecanismo que, através da competição, coordena a divisão do trabalho e a alocação dos recursos produtivos. Os mercados existiram antes dos Estados nacionais, mas os mercados modernos são socialmente construídos: são organizados e regulados pelos Estados-nação a nível nacional e internacional. O dinheiro, finalmente, é a instituição que serve de meio de troca e reserva de valor para que o mercado possa funcionar. Em síntese, a Nação é a agente fundamental do desenvolvimento econômico no quadro do capitalismo; o Estado é a matriz das demais instituições formais de um estado-nação; e os mercados e o dinheiro são as duas instituições econômicas por excelência que viabilizam o objetivo econômico das nações: o desenvolvimento econômico. Quando se fala em capitalismo, em Nação e Estado-nação, em Estado e mercado, está-se falando também em desenvolvimento econômico, porque esses conceitos estão intrinsecamente relacionados.

### **As três revoluções da Revolução Capitalista**

Geralmente quando se discute a Revolução Capitalista distingue-se a Revolução Comercial da Industrial, a primeira abrangendo o longo período que vai do surgimento da burguesia até as grandes navegações e a formação de um primeiro sistema-mundo (Wallerstein 1974), e a segunda, a curta transformação de uma sociedade agrária que já experimenta progresso técnico mas muito lentamente em uma sociedade industrial caracterizada pelo rápido e permanente avanço tecnológico. Quando essa transformação se consuma, podemos convencionalmente entender que a Revolução Industrial terminou, e, com isso, a própria Revolução Capitalista pode ser considerada completa, não obstante o processo de desenvolvimento econômico capitalista naturalmente continue. Na verdade, porém, a Revolução Capitalista não pode ser compreendida sem que se considere entre as duas sub-revoluções uma terceira transformação histórica – a Revolução Nacional – entendida esta como o processo de formação dos estados-nação modernos. Para que Revolução Capitalista – ou a modernização segundo uma perspectiva mais gradualista – pudesse se desencadear, a partir do século XII, na Europa, foi necessário que primeiro houvesse uma transformação técnica fundamental da agricultura, que, até o século XI, estava limitada quase exclusivamente a terras de aluvião; foi o uso de arados com lâminas de ferro e outras ferramentas capazes de cortar terras duras que viabilizou a exploração das terras altas e férteis

da Europa (Landes 1999: 41). Só graças a esse progresso técnico decisivo foi possível produzir o excedente econômico necessário para que trabalhadores pudessem ser transferidos para o comércio e a indústria – e também para que pudessem ser construídas as grandes catedrais góticas, quase todas datadas do século XII. Celso Furtado (1961), usando com liberdade conceitos de Marx e de Weber, propôs que a idéia do desenvolvimento econômico se constituiu em dois momentos históricos e está intimamente relacionada com o processo de racionalização que caracterizará o mundo moderno. Em um primeiro momento, a racionalidade se revela pelo objetivo econômico definido com clareza (o lucro), e pela adoção da acumulação de capital como meio de atingi-lo. Esse é o momento da Revolução Comercial: o excedente originado do aumento da produtividade agrícola foi inicialmente investido em catedrais, palácios, e no comércio de bens de luxo, que deu origem à Revolução Comercial e ao surgimento das cidades-Estado burguesas do Norte da Itália, da Alemanha e dos Países Baixos. Em um segundo momento, com a Revolução Industrial, a racionalidade se expressa em um meio mais especificamente racional de alcançar o lucro além da acumulação de capital: a incorporação de progresso técnico, que, devido à sua própria aceleração e à competição crescente, tornava-se condição de sobrevivência das empresas. Em outras palavras, o que hoje chamamos de desenvolvimento econômico configurava-se pela primeira vez historicamente. E definia-se a estratégia principal para alcançá-lo: o investimento inovador.

Entretanto, nessa análise histórica faltava uma terceira transformação fundamental que ocorreu entre as duas citadas ou conjuntamente com a última: a Revolução Nacional, ou seja, a formação dos Estados nacionais. É a partir do momento em que as nações se dotam de Estados e formam Estados-nação que o desenvolvimento econômico se viabiliza. Enquanto os impérios eram a forma por excelência de organização política territorial da antiguidade, os Estados-nação o serão nos tempos modernos ou capitalistas. Enquanto o poder imperial limitava-se a cobrar impostos da colônia, deixando intactas sua organização econômica e sua cultura, os Estados-nação estão diretamente envolvidos na competição internacional por maior poder e maiores taxas de crescimento. Para isso, buscam homogeneizar sua cultura, dotando-se de uma língua comum, para, através da educação pública, poder garantir que padrões crescentes de produtividade sejam compartilhados por toda a população (Gellner 1993); e os respectivos governos passam a ser os condutores do processo de desenvolvimento econômico

através da definição de instituições que estimulem o investimento, da adoção de políticas macroeconômica que garantam a estabilidade de preços, taxas de juros moderadas e taxas de câmbio competitivas, e de políticas industriais que favoreçam as empresas nacionais na concorrência internacional. Através do demorado processo de institucionalização política e econômica que é o da formação do Estado-nação, empresários, burocratas do Estado e políticos assumem o papel de grupos sociais chave no processo da definição de estratégias nacionais de desenvolvimento. Ao nível das empresas, são os empresários que irão fazer a diferença através da atividade inovadora (Schumpeter 1911). Empresários, políticos, classe profissional pública e privada, e trabalhadores formam a Nação – a sociedade politicamente orientada que compartilha um destino comum – que, ao se dotar de um Estado e de um território, forma o Estado-nação. A constituição dos Estados nacionais e, portanto, de mercados seguros para os empresários investirem na indústria foi, por sua vez, a condição da revolução industrial, inicialmente na Inglaterra e na França e, depois, nos Estados Unidos. A industrialização se confunde então com o próprio desenvolvimento econômico na medida em que será a forma pela qual as sociedades aumentarão decisivamente seu valor adicionado per capita transferindo mão-de-obra da agricultura. Para que a industrialização ocorresse, não bastava que a região estivesse organizada em cidades-Estado burguesas, como era próprio do comércio de longa distância que prosperou durante a revolução comercial; foi necessária a formação concomitante dos grandes Estados-nação com seus grandes mercados nacionais.

Formados os modernos Estados-nação, seus respectivos Estados ou regimes políticos assumiram, sucessivamente, três grandes formas históricas. Em uma primeira fase, no Estado Absoluto, os governos estavam formando seus Estados nacionais; estavam, portanto, voltados principalmente para a defesa contra o inimigo externo e a manutenção da ordem. Mas mesmo nessa época a preocupação com a economia por parte dos grandes reis mercantilistas foi decisiva para o desenvolvimento econômico dos seus países. Em seguida, quando aqueles objetivos começaram a ser razoavelmente assegurados nos países mais avançados em sua Revolução Capitalista, a nova classe burguesa logra que o Estado deixe de ser aristocrático e absoluto, e entramos na fase do Estado Liberal que garante os direitos civis ou as liberdades; estávamos então no século XIX, quando se falava insistentemente em retirar o Estado da economia, mas este continuava a ter um papel chave no desenvolvimento econômico. No século XX, quando os pobres e as classes médias finalmente conquistam a democracia, o

desenvolvimento econômico e o princípio do império da lei continuam centrais, mas agora define-se uma nova forma de Estado, o Estado Democrático e Social que, de um lado, garante o direito de votar e ser eleito e, de outro, passa a ter como objetivo político adicional uma distribuição de renda mais eqüitativa. O Estado que Marx conheceu – o Estado Liberal do século XIX – era, sob muitos aspectos, “o comitê executivo da burguesia”. No século XX já não é mais. O Estado, seu aparelho e sua ordem jurídica não são a mais simples forma de exercício do poder pelas classes dirigentes; são também instrumentos de emancipação social (Souza Santos 2004). Cabe ao Estado e a seu governo, em cada momento, estabelecer o delicado equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a distribuição de renda, entre lucros e salários, entre investimentos e despesas sociais. São alternativas não excludentes, que muitas vezes se somam, mas que, com a mesma freqüência, se opõem.

As três revoluções da Revolução Capitalista darão origem às economias capitalistas ou economias de mercado. Os mercados que antes eram locais transformam-se em mercados nacionais, e pouco a pouco começam a ganhar caráter internacional. Conforme assinala Polanyi (1944), não houve nada de natural na passagem dos mercados locais para os nacionais: essa transição ocorreu como o resultado de estratégias políticas nacionais que de um lado institucionalizaram a competição, mostrando o caráter socialmente construído dos mercados, e de outro levaram à formação dos modernos Estados-nação. Através da definição de fronteiras seguras, os Estados nacionais modernos estavam criando as condições necessárias para que uma burguesia industrial originária da burguesia comercial se constituísse a partir da revolução industrial inglesa, e passasse a investir e incorporar progresso técnico de forma sistemática e competitiva ao trabalho e aos meios de produção. Os antigos comerciantes investiam no mercado de longa distância, mas a riqueza que daí provinha era eminentemente instável. Em seguida eles começam a investir em manufaturas, mas seu investimento era ainda limitado, continuando a produção a se organizar de forma tradicional, e os mercados a serem ainda essencialmente de longa distância. Já o investimento na indústria, que ocorre a partir da revolução industrial, envolvia custos pesados que só podiam se justificar no quadro de um grande mercado assegurado pelo respectivo Estado-nação. Daí o interesse das burguesias em se associar aos monarcas absolutos na constituição dos primeiros Estados-nação.

O desenvolvimento econômico é assim um fenômeno histórico que ocorre no quadro da Revolução Capitalista, relacionado, de um lado, com o surgimento das nações e a formação dos Estados-nação, e, de outro, com a acumulação de capital e a incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao próprio capital. É um processo histórico para o qual as três classes sociais que surgem da Revolução Capitalista – a capitalista, a trabalhadora assalariada, e a profissional ou tecnoburocrática contribuem. Os empresários investem e inovam; a burocracia pública complementa ao nível do Estado a coordenação econômica realizada no mercado; a crescente classe profissional privada, que detém o conhecimento técnico, organizacional, e comunicativo, administra as empresas transformadas em organizações e conduz o desenvolvimento tecnológico e científico; os trabalhadores assalariados encarregam-se diretamente da produção. A tecnoburocracia pública e privada, além de ter um papel central no processo de organização da produção e na geração de idéias criativas que são tão importantes no mundo atual, contribui diretamente para os níveis crescentes de renda per capita na medida em que seus ordenados refletem seu alto e crescente valor adicionado per capita. O mesmo acontece, ainda que em menor grau, com os trabalhadores assalariados que, ao incorporarem crescente capital humano a sua força de trabalho, vêem seus salários também crescerem.

### **Quatro tipos históricos de desenvolvimento econômico**

No quadro da globalização, o desenvolvimento econômico pode também ser definido como sendo o bom êxito na competição entre os países por maiores taxas de crescimento. O capitalismo é essencialmente competitivo, e essa competição não se limita às empresas, como ensina uma teoria econômica neoclássica esvaziada de conteúdo político e institucional, mas também entre os estados-nação. Essa competição sempre ocorreu entre os países de mesmo nível de desenvolvimento econômico, e, no estágio atual do capitalismo – o estágio que se convencionou chamar de globalização – ocorre também e cada vez mais entre os países ricos e os países de renda média que passaram a exportar manufaturas. Estes, segundo já representam mais de 50% do PIB mundial graças principalmente ao enorme crescimento dos países asiáticos dinâmicos.

Podemos pensar no desenvolvimento econômico em termos de etapas, mas as etapas por que passam os países em desenvolvimento que eram subdesenvolvidos e hoje já são países de renda média são necessariamente diferentes daquelas seguidas pelos países em que a revolução industrial ocorreu originalmente – os países ricos ou desenvolvidos. Tanto os de renda média como os pobres foram anteriormente colônias, mas enquanto os primeiros superaram parcialmente a sua condição colonial, realizaram a acumulação primitiva necessária à Revolução Capitalista, e estão envolvidos nos seus respectivos processos de Revolução Nacional e Revolução Industrial, os países pobres não conseguiram ainda estabelecer as bases de uma economia capitalista. Entre os países de renda média é importante distinguir aqueles que lograram ampla autonomia nacional, possuem uma estratégia nacional de desenvolvimento, e assim crescem aceleradamente realizando o *catching up*, daqueles que continuam a enfrentar as contradições e limitações do desenvolvimento nacional-dependente. A Coreia e a China são exemplos do primeiro caso; o Egito, do segundo. Um terceiro caso é o daqueles países que como o Brasil e o México, lograram durante um certo período um desenvolvimento econômico acelerado, tiveram uma estratégia nacional de desenvolvimento e realizaram o *catching up* entre 1930 e 1980, mas em seguida entraram em crise, perderam a idéia de nação, submeteram-se ao Norte e à ortodoxia convencional que pregam, e passaram a crescer lentamente.

Na medida em que o desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico, podemos detectar, do ponto de vista do momento em que o desenvolvimento econômico se desencadeia ou que a revolução industrial acontece e da autonomia que o país logra, quatro modelos ou padrões de desenvolvimento econômico: o *desenvolvimento origina'*, dos países que primeiro se industrializaram (Inglaterra, Bélgica, França e Estados Unidos); o *desenvolvimento atrasado* de países europeus como a Alemanha, Rússia, Áustria e Suécia, e do Japão, que realizaram suas revoluções industriais na segunda metade do século XIX; o *desenvolvimento autônomo* dos países que também foram colônias ou se submeteram ao imperialismo no século XIX, mas a partir da Segunda Guerra Mundial conquistaram independência e autonomia razoavelmente plena, como é o caso da Coreia, da China ou da Índia; e finalmente o *desenvolvimento nacional-dependente* dos países que foram colônias desde o Século XVI, tornaram-se formalmente independentes, mas continuam a apresentar vários graus de dependência cultural em relação ao centro, como é o caso dos países da América Latina. O

primeiro tipo de desenvolvimento econômico tem sido estudado por um sem-número de analistas; o segundo teve em Gerschenkron (1962) seu analista pioneiro. Os trabalhos já clássicos sobre o terceiro tipo de desenvolvimento são os de Alice Amdsen (1989) e de Robert Wade. Celso Furtado foi provavelmente o economista que melhor analisou o terceiro tipo de desenvolvimento – o desenvolvimento nacional-dependente característico da América Latina; ele o estudou sob um grande número de facetas, o viu como o resultado de um projeto nacional quando bem sucedido, e o definiu como uma forma de subdesenvolvimento – este entendido não como um simples atraso, mas como a outra face da moeda do desenvolvimento (Furtado 1961).

Minha própria visão do desenvolvimento e do subdesenvolvimento na América Latina segue a de Furtado, emprestando ênfase ao caráter contraditório do processo. Nos anos 1970 denominei esse tipo de desenvolvimento econômico ‘subdesenvolvimento industrializado’ (Bresser-Pereira 1977), e hoje o identifico como ‘desenvolvimento nacional-dependente’ para deixar clara dialética envolvida no conceito. Não aceito a teoria da dependência, tanto na sua versão da super-exploração imperialista (Gunder Frank 1965; Marini 1969), como de sua versão associada (Cardoso e Faletto 1969), porque essa teoria negou radicalmente a possibilidade de uma burguesia nacional e, portanto, de uma Revolução Nacional, mas vejo as elites latino-americanas ambíguas ou contraditórias – ora nacionais, ora dependentes. Essas elites não lograram completar a revolução nacional em seus respectivos países – e, por isso, não têm a autonomia nacional comparável àquela de que gozam os países dinâmicos da Ásia cujo desenvolvimento econômico eu considero ‘autônomo’.<sup>3</sup> A expressão ‘nacional-dependente’ é propositalmente um oxímoro para indicar essa ambigüidade intrínseca – uma ambigüidade que, desde a Segunda Guerra Mundial, países como a China ou a Coreia souberam como enfrentar nos termos do seu interesse nacional. As sociedades nacional-dependentes são contraditórias porque estão muitas vezes submetidas à hegemonia ideológica dos países ricos que não estão interessados no desenvolvimento dos países de renda média, e sim na neutralização de sua capacidade competitiva internacional; em outros casos, porém, os interesses nacionais, principalmente os relacionados ao mercado interno que é o ativo

---

<sup>3</sup> Nos anos 1970 meu trabalho básico sobre o desenvolvimento nacional-dependente foi o livro *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado* (Bresser-Pereira 2007). Critiquei a teoria da dependência em “Do ISEB e da Cepal à teoria da dependência” (Bresser-Pereira 2005).

fundamental de cada estado-nação são tão grandes que as elites locais logram se tornar “nacionais” – ou seja, capazes de formular estratégias nacionais de desenvolvimento.

O quadro mundial em que hoje ocorre o desenvolvimento econômico é o da competição global, na qual os países ricos continuam a se desenvolver, mas o *catching up* por parte dos países em desenvolvimento previsto pela teoria econômica é o fenômeno mais relevante. Essa previsão confirmada pela prática de um número crescente de países está baseada em duas vantagens: a mão-de-obra barata e a possibilidade de copiar ou comprar tecnologias a um custo relativamente baixo. Entretanto, essa vantagem só logra se transformar em realidade se os países em desenvolvimento, que têm contra si instituições e regimes políticos relativamente instáveis (quanto mais subdesenvolvido for o país, mais instável será ele politicamente), lograrem autonomia suficiente para formularem estratégias nacionais de desenvolvimento. Um conjunto de países, principalmente asiáticos, que foram capazes de conservar sua autonomia nacional vêm aproveitando essa oportunidade que a globalização comercial acentuou ao lhes abrir mercados para exportar, para os países ricos, bens com crescente conteúdo tecnológico ou valor adicionado per capita. Já os países que seguem um padrão nacional-dependente ficam para trás nesta grande competição. Tanto o êxito de uns, quanto o fracasso de outros estão relacionados com sua capacidade de resistir ao pensamento hegemônico vindo do Norte.

Durante muitos séculos, desde que o capitalismo começa a surgir no século XIII até o século XX, esta competição entre os Estados-nação foi acompanhada de guerras, já que as nações não tinham suas fronteiras plenamente definidas, e a abertura de novos mercados se realizava de forma imperialista através da constituição de colônias ou semi-colônias. No século passado, porém, quando as fronteiras entre os principais países capitalistas ficaram bem definidas, as grandes nações deixaram de recorrer à guerra para resolver seus problemas internacionais, reservando-a para intervenções policiais, como a que aconteceu em Kosovo, ou então a aventuras imperialistas fora do tempo como foi a invasão do Iraque em 2003. Por outro lado, a partir do final da Segunda Guerra Mundial, a idéia de colonizar formalmente outros povos foi afinal abandonada pelos países ricos por haver-se tornado economicamente inviável dada a reação dos colonizados. Por algum tempo esses países, liderados pelos Estados Unidos, foram relativamente generosos em relação aos países em desenvolvimento. A

Guerra Fria e uma atitude paternalista acentuavam essa ‘generosidade’. Entretanto, desde o surgimento dos NICs (newly industrialized countries), nos anos 1970, que exportavam manufaturados para os países ricos usando sua mão-de-obra barata, a competição dos países em desenvolvimento passou a ser vista como uma ameaça. Como resposta a essa ameaça, buscaram neutralizar a capacidade competitiva dos países em desenvolvimento através do que denomino de ‘ortodoxia convencional’ – ou seja, oferecendo a esses países uma série de diagnósticos, conselhos e pressões. O principal deles, depois que o uso ideológico da lei das vantagens comparativas perdeu poder persuasivo, tem sido a proposta de crescimento com poupança externa, que aprecia as taxas de câmbio dos países que a aceitam e os desorganiza financeiramente. Mais amplamente, os países ricos transformaram um fenômeno real que é a globalização em uma ideologia contrária à idéia de Nação nos países em desenvolvimento: o ‘globalismo’ – uma ideologia à qual as elites dos países de desenvolvimento nacional-dependente (não as de desenvolvimento autônomo) se submeteram. Segundo essa ideologia, a globalização implica aumento da interdependência entre os Estados-nação; eles perdem autonomia para fazer políticas econômicas, e assim a própria idéia de Nação perde relevância: agora viveríamos em um mundo sem fronteiras no qual as empresas multinacionais são o principal agente de racionalidade e crescimento. O equívoco do raciocínio, entretanto, é evidente. De fato os países se tornaram mais interdependentes e perderam parte de sua autonomia na definição de políticas, mas a interdependência não decorreu da cooperação, mas da competição, de forma que a autonomia nacional é hoje mais estratégica do que em qualquer outro tempo para que a Nação continue a se desenvolver. Os Estados-nação são hoje mais relevantes do que nunca, porque eles são o instrumento de ação coletiva de que dispõem as nações para competirem internacionalmente. O pensamento hegemônico afirma a irrelevância das nações, mas o globalismo é apenas uma estratégia das nações mais fortes e mais ricas para neutralizar os adversários que buscam o *catch up* no quadro da competição global que é o desenvolvimento econômico. Essa tarefa jamais é plenamente consciente por parte dos países ricos que, por serem democráticos, rejeitam pensamentos únicos, não obstante, se expressa como pensamento ideológico hegemônico. Um pensamento que eu denomino ‘ortodoxia convencional’ – o conjunto de diagnósticos, recomendações de reformas, e pressões que os países ricos fazem aos países em desenvolvimento, seus competidores. Entre as propostas de reformas, a mais prejudicial aos países em

desenvolvimento é a da abertura financeira acompanhada pela política de crescimento com poupança externa. A ortodoxia convencional ignora que o desenvolvimento no capitalismo global se caracterizaria por uma competição generalizada por maiores taxas de crescimento entre os Estados-nação – e principalmente entre os países ricos e os países de renda média que dispõem de mão-de-obra barata. Ao invés, salienta que é uma competição entre os próprios países em desenvolvimento para lograr a confiança e a poupança dos países ricos. Nessa competição, os países deveriam se dedicar ao *confidence building* – a adoção de todas as reformas que lhes são propostas pelas agências internacionais em Washington.

A ortodoxia convencional que parecia irresistível nos anos 1990, quando a hegemonia ideológica americana chegou ao zênite em seguida ao colapso da União Soviética, revelou-se nos últimos anos cada vez mais precária. A globalização que era a bandeira dos países ricos, vai aos poucos se transformando em uma ameaça para eles na medida em que os países que vêm alcançando maior êxito na competição internacional são exatamente aqueles que não seguem as recomendações associadas ao globalismo e ao consenso de Washington; são os países que mantêm o controle sobre suas taxas de câmbio, neutralizando a tendência à sua sobre-apreciação. Com esse objetivo, crescem com despoupança externa ou superávit em conta corrente (o que limita os influxos de capital), controlam administrativamente esses influxos, e, quando a doença holandesa é clara, impõem impostos crescentes sobre suas exportações de commodities. Os países ricos, relativamente solidários entre si na medida em que sua mão-de-obra é relativamente cara, são mais bem sucedidos na América Latina e na África, onde predomina o desenvolvimento nacional-dependente, do que na Ásia, onde domina o desenvolvimento autônomo.

### **Instituição chave: estratégia nacional de desenvolvimento**

O desenvolvimento econômico implica mudanças na estrutura, na cultura e nas instituições da sociedade, de forma que é impossível analisá-lo apenas do ponto de vista econômico. Está, em primeiro lugar, associado a transformações no nível mais estável da sociedade que é o estrutural, porque a tecnologia é fator dinâmico por excelência, porque as formas de propriedade estão sempre evoluindo, e porque as classes e demais grupos sociais estão sempre em processo de mudança. Está associado também a mudanças culturais, principalmente às

ideológicas que refletem os interesses dos diversos grupos sociais permanentemente envolvidos em relações de conflito e cooperação. E está ligado a um permanente processo de mudança das instituições, que às vezes antecipam as transformações nos outros níveis, muitas vezes lhes servem de obstáculo, e na grande maioria das vezes buscam apenas dar conta das mudanças estruturais e culturais que estão ocorrendo. Entretanto, na medida em que, com o capitalismo e com o Estado democrático, a política passou a se constituir na forma através da qual as sociedades modernas buscam seus objetivos comuns, os debates no plano da cultura ou das idéias e sua tradução em reformas institucionais tornaram-se essenciais para se alcançarem esses objetivos. Nas sociedades pré-capitalistas, com a famosa exceção da Grécia, não havia propriamente política, porque regimes autoritários lhe são inerentemente incompatíveis. A política só surge realmente quando as sociedades se dão conta de que podem ser senhoras de seu destino usando para isto o Estado como seu instrumento de ação coletiva e os governantes como seus agentes.

A literatura clássica sobre desenvolvimento econômico, desde Smith e principalmente de Marx, sempre deu maior atenção às instituições que lhe servem de obstáculo, provavelmente porque estavam pensando em instituições pré-capitalistas impedindo a Revolução Capitalista. Entretanto, desde os anos 1940, quando a moderna teoria econômica do desenvolvimento afinal se definiu, foi ficando claro que instituições ‘positivas’, que facilitem o processo de acumulação de capital e de incorporação de progresso técnico, são fundamentais para o desenvolvimento econômico; que a Nação, usando seu instrumento por excelência de ação coletiva que é o Estado, logra desenhar formal e informalmente a instituição-chave de qualquer processo de desenvolvimento econômico: uma estratégia nacional de desenvolvimento. O papel positivo das instituições no desenvolvimento econômico não é apenas o de garantir a ordem pública ou a estabilidade política e portanto o bom funcionamento do mercado, mas, principalmente, o de proporcionar boas oportunidades de lucro que estimulem os empresários a investir e inovar. Não obstante, a teoria econômica neoclássica as ignorava.

Tanto a visão clássica das instituições como sua não consideração pelos neoclássicos foram desafiados pelo pensamento neoliberal a partir da obra de Coase (1937). Ao invés de ver as instituições como inerentes a qualquer sociedade, ele as explicou através de um modelo

hipotético dedutivo semelhante ao utilizado pelos economistas neoclássicos. Ao invés de pressupor o homem-econômico, deu um passo adiante e pressupor que, no princípio, era o mercado em que todos faziam individualmente trocas. Como, porém, haviam custos de transação, foi necessário definir instituições e organizações. Fundou, assim, o neo-institucionalismo, que, no plano do desenvolvimento econômico encontrou em Douglass North (1991) seu intérprete. Valendo-se de sua condição de historiador econômico e de ex-marxista, concluiu ele, de forma não inteiramente neoclássica mas certamente neoliberal que o desenvolvimento econômico aconteceria coordenado pelo mercado sempre que as instituições do país garantissem a propriedade e os contratos. Estávamos, portanto, diante de um reducionismo ideológico radical. Na esteira de seu trabalho, surgiram modelos e trabalhos empíricos sobre o desenvolvimento econômico e instituições como os Acemoglu e Robinson (2004) ou de Rodrik, Hausmann e Velazco (2007) As regressões em termos de resultados revelam coeficientes altíssimos. Não poderia ser de outra forma: quanto mais desenvolvido o país, mais o estado de direito, a propriedade e os contratos estarão garantidos, e mais democrático será seu Estado. O problema destas regressões é o de que deixam de apresentar qualquer aderência quando não se comparam *resultados* mas se comparam boas instituições com *taxas* de crescimento econômico. Na verdade, as boas instituições são antes a consequência do que a causa do desenvolvimento econômico. As instituições têm um papel decisivo em garantir o desenvolvimento econômico e os demais objetivos políticos centrais das sociedades modernas, mas para isto não basta garantirem a propriedade e os contratos. Se quisermos ver as instituições como causa do desenvolvimento econômico precisarmos ir buscar as instituições estratégicas, ou seja, as instituições que as nações usam estrategicamente para crescerem e lograrem o *catching up*. A história nos mostra que o desenvolvimento econômico só ocorre nos quadros do sistema capitalista quando os diversos setores sociais se constituem em Nação e, usando seu governo e seu Estado, tornam-se capazes de definir uma instituição especial: uma estratégia nacional de desenvolvimento (Bresser-Pereira 2006). Uma estratégia nacional de desenvolvimento não é outra coisa senão uma instituição estratégica, uma instituição chave: é conjunto de objetivos, normas, políticas públicas, práticas privadas, entendimentos compartilhados e acordos políticos que orientam o comportamento dos agentes econômicos ao criarem oportunidades de investimento e ao estimularem o trabalho e a inovação.

Para que o desenvolvimento econômico ocorra é necessário que o Estado, na sua qualidade de instituição maior e matriz das demais instituições, seja forte, capaz: tenha legitimidade e capacidade para formular políticas, cobrar impostos e impor a lei. Não é necessário que seja 'grande', mas não poderá ser 'pequeno' porque se o for não terá os meios necessários para garantir sua legitimidade. Quando falo em tamanho do Estado ou, mais precisamente, do aparelho do Estado, estou falando de carga tributária em relação ao PIB. Os Estados Unidos, por exemplo, são exemplo de Estado forte cujo tamanho, em termos de carga tributária, é médio (30% do PIB). Já a França e a Suécia, com cargas tributárias, respectivamente, de cerca de 45 e 55% do PIB, são exemplos de Estados fortes e grandes. O tamanho do aparelho do Estado, portanto, não garante sua força. O Brasil é um país que tem um Estado grande em termos de carga tributária (34%), especialmente se consideramos seu nível de renda *per capita*, mas cuja força é apenas média. Para que um Estado democrático seja realmente forte é necessário que sua ordem jurídica seja estável e dotada de legitimidade, ou seja, apoiada na Nação. Nas sociedades modernas essa estabilidade e essa legitimidade dependem de uma razoável homogeneidade da sociedade nacional, e de instituições que reflitam o estágio de desenvolvimento e os objetivos dessa sociedade. E se expressam na capacidade do Estado de impor a lei e cobrar impostos em nível suficiente para prover os serviços sociais considerados direitos de cidadania. Construir sociedades homogêneas, sem grandes desigualdades, e Estados fortes, estáveis politicamente e dotados de legitimidade, é essencial para o desenvolvimento econômico, e é um desafio que as sociedades democráticas modernas enfrentam. Como o reconheceu um crítico insuspeito como é Francis Fukuyama (2004), o neoliberalismo, dominante nos anos 1990, com sua ênfase na redução do tamanho do Estado e na coordenação exclusiva pelo mercado, enfraqueceu o Estado ao invés de fortalecê-lo, como seria necessário para que houvesse segurança e desenvolvimento econômico.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Fukuyama, conhecido por seu nacionalismo e por sua visão conservadora e neoliberal, analisou principalmente a fraqueza dos Estados nacionais na África e no Oriente Médio, que se constituem em uma ameaça para os países ricos como fontes de doenças e de terrorismo. Significativamente, ele não se preocupa com a força dos países de renda média, porque esses ameaçam os países ricos de outra maneira: com sua mão-de-obra barata.

## Conclusão

Neste trabalho enfatizei o papel da Nação e do nacionalismo a partir de uma análise histórica na qual procurei mostrar que o desenvolvimento econômico é fruto da Revolução Capitalista, e, mais especificamente, de uma de suas sub-revoluções: a Revolução Nacional. Mostrei também que há quatro tipos de desenvolvimento econômico: original (países ricos que realizaram inicialmente sua Revolução Nacional e Industrial), atrasado (países ricos que se atrasaram em relação aos primeiros), autônomo (países em desenvolvimento que foram colônias mas uma vez liberados tornaram-se efetivamente independentes) e nacional-dependente (países cujas elites se pensam européias). Entretanto, é preciso lembrar que a existência de competição regular implica sempre cooperação. A existência da competição global não impede, portanto, que os Estados-nação cooperem, principalmente através das Nações Unidas, na formulação de regras da competição internacional, como também não impede que objetivos universais de paz e respeito aos direitos humanos e ambientais sejam buscados. Entretanto, por ocasião do fechamento das negociações da Rodada do Uruguai ao nível da Organização Mundial do Comércio, as regras definidas limitaram o espaço de políticas dos países em desenvolvimento.

Em conclusão, o desenvolvimento econômico é um processo histórico de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico; é um processo de aumento da produtividade e dos salários, decorrente da necessidade de mão-de-obra cada vez mais qualificada e com maior custo de reprodução social; e é uma indicação de êxito na competição internacional. O agente por excelência do desenvolvimento econômico é a Nação, e, dentro dela, os empresários responsáveis pelo investimento e a inovação. O Estado é o instrumento por excelência da Nação para que alcance o desenvolvimento econômico e os demais objetivos políticos modernos. O desenvolvimento econômico continua fundamental para os países que competem na arena internacional, porque dele depende a melhoria dos padrões de vida da população; porque, além de ser um fenômeno histórico, é um dos cinco grandes objetivos políticos a que se propõem as sociedades nacionais modernas, ao lado da segurança, da liberdade, da justiça social, e da proteção do ambiente. É um objetivo fundamental, que fortalece os outros quatro no médio prazo – os países mais desenvolvidos gozam de mais segurança, de mais liberdade,

de mais justiça, e protegem melhor sua natureza –, mas um objetivo que terá que ser permanentemente submetido a compromissos ou ao princípio da razoabilidade em vista de conflitos percebidos ou reais de curto prazo. É um objetivo que explica grande parte do comportamento dos Estados-nação na era da globalização – o estágio do capitalismo no qual lograr o desenvolvimento econômico é entendido como vencer ou ser bem sucedido na competição global. O desenvolvimento econômico, finalmente, é um sinal de êxito na competição global entre as nações. Felizmente elas já não se ameaçam com guerras, mas, através de suas empresas, competem firmemente na arena internacional, já que nas democracias modernas o critério principal de sucesso dos governantes é o de saírem-se bem nessa competição. Dado isso, o desenvolvimento econômico é sempre o resultado de uma estratégia nacional de desenvolvimento, é o resultado de nações fortes que se mostram capazes de criar Estados fortes para serem seu instrumento de ação coletiva. As nações, por sua vez, só se constituem e se mantêm fortes e vivas se forem produto de um acordo nacional constantemente renovado. Se o contrato social que as une internamente não for suficientemente sólido, se as classes sociais que as constituem não mantiverem um vínculo de solidariedade básico quando se trata de competir internacionalmente, não serão verdadeiras nações, o país ficará muito mais vulnerável ao pensamento hegemônico vindo do Norte, e a Nação perderá vigor, como aconteceu com os países latino-americanos a partir da grande crise dos anos 1980. Para o que desenvolvimento econômico seja retomado coloca-se, então, um problema de refundação nacional. Não a título de conclusão, mas de abertura para um outro debate, sugiro que é esse o grande desafio que hoje se coloca para a sociedade brasileira.

## **Referências**

- Acemoglu, Daron, Simon Johnson e James Robinson (2004) “Institutions as the fundamental cause of long-run growth”. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, Working Paper 10481, May 2004. (92 pp)
- Amsden, Alice H. (1989) *Asia's Next Giant*. Oxford: Oxford University Press.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1977) *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2005) “Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência”. In Toledo, Caio Navarro de, org. (2005) *Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Editora Revan: 201-232.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2007) *Macroeconomia da Estagnação*. São Paulo: Editora 34.

- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2008) “Dutch disease and its neutralization: a Ricardian approach”. *Brazilian Journal of Political Economy* 28 (1): 47-71.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos e Paulo Gala (2007) “Por que a poupança externa não promove o crescimento”. *Revista de Economia Política* 27 (1): janeiro: 3-19.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos e Yoshiaki Nakano (2003) “Crescimento econômico com poupança externa?” *Revista de Economia Política* 22(2) abril 2003: 3-27.
- Cardoso, Fernando H. e Enzo Faletto (1969 [1970]) *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. Originalmente publicado em espanhol, 1969.
- Coase, Ronald H. (1937 [1988]) “The nature of the firm”. In Ronald H. Coase (1988): 33-56.
- Frank, Andre Gunder (1966) “The development of underdevelopment”. *Monthly Review* 18(4) 1966.
- Fukuyama, Francis (2004) *Construção de Estados: governo e organização no século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Rocco.
- Furtado, Celso (1961) *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.
- Gellner, Ernest ([1993]2000) “O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe”. In G. Balakrishnan e B. Anderson, orgs. (2000): 107-134.
- Gerschenkron, Alexander (1962) *Economic Backwardness in Historical Perspective: A Book of Essays*. New York, Praeger.
- Landes, David S. (1999) *The Wealth and Poverty of Nations*. New York: W. W. Norton.
- Marini, Ruy Mauro (1969) *Subdesarrollo y Revolución*. México: Siglo XXI.
- North, Douglass C. (1991) “Institutions”. *Journal of Economic Perspectives*, 5(1) Inverno 1991, 97-112.
- Polanyi, Karl (1944) *The Great Transformation*. Boston: Beacon Press, 1957. Primeira edição, 1944.
- Rodrik, Dani, Ricardo Hausmann e Andrés Velasco (2007) “Growth diagnostics”. In Dany Amsden, Alice H. (1989) *Asia'S Next Giant*. New York: Oxford University Press.
- Schumpeter, Joseph A. ([1911] 1961) *The Development Economics*. Oxford: Oxford University Press, 1961.
- Souza Santos, Boaventura (2004) “Puó il diritto essere emancipatorio?”Una riflessione teorica”. *Democrazia y Diritto* 42(1) 2004: 25-55.
- Wade, Robert (1990) *Governing the Market*. Princeton: Princeton University Press.
- Wallerstein, Immanuel (1974) *The Modern World System*. New York: Academic Press.